



CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE LICITANTES, AGENTES DE CONTRATAÇÃO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO - COM APOIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Professor:
Jamil Manasfi



- Especialista em Licitações e Contratos
- Autor de Livros
- Palestrante Nacional
- Presidente da Rede de Pesquisa Avançada em Licitações e Contratos - REPALC
- Pregoeiro do CRA-RO



**CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
LICITANTES, AGENTES DE CONTRATAÇÃO,
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS
E EQUIPE DE APOIO - COM APOIO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

MODALIDADE: Online e Ao Vivo

LOCAL DE REALIZAÇÃO: ONLINE

DATA DO CURSO: 17 e 18 de AGOSTO de 2026

HORÁRIO: 08h às 12h e 13h30 às 17h30.

REALIZAÇÃO: INEX Treinamentos e Capacitações LTDA.

FACILITADOR: Prof. Jamil Manasfi da Cruz — Especialista em Licitações e Contratos

PÚBLICO ALVO

O curso é destinado a agentes públicos da Administração Pública que atuam direta ou indiretamente nas contratações públicas, especialmente servidores municipais, estaduais e federais envolvidos nas fases de planejamento, seleção do fornecedor, instrução processual, elaboração de editais, condução de pregões, concorrências eletrônicas, procedimentos auxiliares, gestão e fiscalização contratual.

A capacitação é voltada a pregoeiros, agentes de contratação, membros de comissão de contratação, equipes de apoio, equipes de planejamento da contratação, requisitantes, áreas técnicas, áreas demandantes, servidores responsáveis pela contratação direta, cotadores, assessores jurídicos, controladores internos, gestores e fiscais de contratos, ordenadores de despesa, autoridades competentes e demais profissionais que buscam segurança jurídica e domínio prático na aplicação da Lei nº 14.133/21.

OBJETIVO GERAL

Capacitar e atualizar licitantes e agentes públicos para atuar com segurança, eficiência e responsabilidade nas contratações públicas, compreendendo as atribuições dos agentes envolvidos, a lógica da fase preparatória, a condução da fase externa, o julgamento das propostas, a habilitação, a negociação, a fase recursal, a adjudicação, a homologação.

O curso também tem por objetivo demonstrar, de forma prática, como a Inteligência Artificial - IA pode apoiar a elaboração e revisão de documentos, checklists, justificativas, estudos, termos de referência, análise de riscos, minutas e decisões administrativas, sempre com validação humana e responsabilidade técnica do agente público e do licitante.

APRESENTAÇÃO

Você está preparado para atuar como agente ou licitante estratégico nas contratações públicas em 2026?

A Lei nº 14.133/21 consolidou uma nova lógica para as compras públicas brasileiras. O agente de contratação, o licitante, o pregoeiro, a comissão de contratação e a equipe de apoio deixaram de exercer funções meramente operacionais e passaram a ocupar posição central na governança, no planejamento, na seleção do fornecedor e na prevenção de riscos administrativos.

A atuação segura desses agentes exige domínio jurídico, capacidade prática, visão sistêmica do processo de contratação e compreensão dos sistemas digitais que integram a nova realidade das compras públicas. O cenário atual envolve pregão eletrônico, concorrência eletrônica, dispensa eletrônica, credenciamento, sistema de registro de preços, SICX, Contrata + Brasil, PNCP, ferramentas de pesquisa de preços e crescente utilização da Inteligência Artificial na elaboração e revisão dos artefatos da contratação.





**CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
LICITANTES, AGENTES DE CONTRATAÇÃO,
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS
E EQUIPE DE APOIO - COM APOIO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

Esta formação foi desenvolvida para unir teoria, prática e tecnologia. O curso abordará os principais fundamentos legais da Lei nº 14.133/21, as atribuições dos agentes públicos, a fase preparatória, a fase externa, a condução dos procedimentos competitivos, a contratação direta, os procedimentos auxiliares e os cuidados necessários para evitar nulidades, falhas de instrução, direcionamento indevido, restrição à competitividade e responsabilização dos agentes envolvidos.

Durante a capacitação, os participantes serão conduzidos por uma jornada prática, com exemplos reais, estudos de caso, oficinas, checklists, análise de situações críticas, construção de raciocínio decisório e utilização responsável da Inteligência Artificial como ferramenta de apoio técnico.

O foco não é apenas ensinar a lei. O objetivo é preparar o servidor para decidir com segurança.

POR QUE ESCOLHER ESTA FORMAÇÃO DE 16 HORAS?

11.1 Atualização legislativa e prática

O curso está estruturado com base na Lei nº 14.133/21 e nos principais regulamentos federais aplicáveis às contratações públicas, abordando temas atuais como pregão Eletrônico, concorrência eletrônica e novo Sistema de Registro de Preços - SRP.

11.2 Segurança jurídica para os agentes públicos

A formação conecta os dispositivos legais à prática administrativa e aos principais riscos identificados pelos órgãos de controle, permitindo que os participantes compreendam como instruir, conduzir e decidir com maior segurança.

11.3 Inteligência Artificial aplicada às compras públicas

Os participantes aprenderão como utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar a elaboração de artefatos, editais, justificativas, checklists, decisões e relatórios, sempre com revisão crítica e validação humana.

11.4 Curso prático e voltado à realidade dos órgãos públicos

A abordagem privilegia exemplos, oficinas, estudos de caso, simulações, análise de erros frequentes e construção de soluções aplicáveis à rotina dos municípios, estados, conselhos profissionais, autarquias, fundações, câmaras municipais, tribunais, secretarias e demais órgãos públicos.

11.5 Formação estratégica dos agentes de contratação

Ao final do curso, o participante compreenderá que o licitante, o agente de contratação, o pregoeiro, a comissão e a equipe de apoio não são apenas operadores do sistema, mas agentes estratégicos de governança, integridade, eficiência e boa aplicação dos recursos públicos.





PROFESSOR



Prof. Jamil Manasfi da Cruz é Mestrando em Gestão Pública e Liderança, Bacharel em Direito e Administração Pública, MBA em Licitações e Contratos, MBA em Gestão Pública e Especialista em Metodologia do Ensino Superior.

Professor e Orientador de TCC dos MBAs em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas – PR, Pós-Graduação NAVIGARI – MA, Pós-Graduação UNYPÚBLICA, Escola Mineira de Direito – EMD, Faculdade Baiana de Direito, GranCursos, CERS, Faculdade Católica de Rondônia e Centro Universitário São Lucas – RO.

É autor e coordenador de obras jurídicas na área de licitações e contratos, incluindo livros sobre a Lei nº 14.133/2021, pregoeiros, agentes de contratação, estudos técnicos preliminares, dispensa eletrônica e atuação dos agentes públicos nas contratações públicas.

Reconhecimentos:

- Vencedor do Prêmio 19 de Março em 2015 com o artigo “Perfil, Habilidade e Atribuições do Pregoeiro”;
- Representou Rondônia no 12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em 2017;
- 3º melhor palestrante nacional no Concurso do Grupo Negócios Públicos em 2018;
- Vencedor do Prêmio 19 de Março em 2025 com o livro “Pregoeiros e Agentes de Contratação”;
- Vencedor do Prêmio 19 de Março em 2026 com o livro “A Atuação do Pregoeiro e Agente de Contratação sob a Ótica da Lei nº 14.133/2021 – Teoria e Prática”;
- Outorga de Comendador — Cruz do Mérito da Amazônia COP 30.

Atua como professor, palestrante e instrutor em todas as regiões do país, com experiência em capacitações para órgãos municipais, estaduais, federais, conselhos profissionais, escolas de governo e instituições públicas. É CEO da INEX Treinamentos e Capacitações LTDA e possui mais de duas décadas de experiência prática em compras públicas, licitações, contratos, planejamento das contratações e formação de agentes públicos.

Endereço para acessar o CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1392751229125832>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I — FUNDAMENTOS DA LEI Nº 14.133/2021 E O NOVO PAPEL DOS AGENTES PÚBLICOS

1. A nova lógica das contratações públicas

- 1.1 A Lei nº 14.133/2021 como marco de planejamento, governança e eficiência.
- 1.2 Diferenças estruturais entre a Lei nº 8.666/1993, a Lei do Pregão e a Lei nº 14.133/2021.
- 1.3 O fim da atuação meramente operacional nas licitações.
- 1.4 A centralidade do planejamento e da motivação administrativa.
- 1.5 A contratação pública como processo, não como ato isolado.
- 1.6 A importância da segregação de funções.
- 1.7 Controle preventivo, gestão de riscos e responsabilização.
- 1.8 O papel dos agentes públicos na integridade das contratações.





2. Princípios aplicáveis às contratações públicas

- 2.1 Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 2.2 Planejamento, transparência, eficácia e segregação de funções.
- 2.3 Motivação, julgamento objetivo e segurança jurídica.
- 2.4 Competitividade, proporcionalidade, razoabilidade e desenvolvimento nacional sustentável.
- 2.5 Princípio da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso.
- 2.6 Art. 5º e art. 11 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7 Como transformar princípios em decisões práticas.

3. Agentes que atuam nas contratações públicas

- 3.1 Autoridade competente.
- 3.2 Agente de contratação.
- 3.3 Pregoeiro.
- 3.4 Comissão de contratação.
- 3.5 Equipe de apoio.
- 3.6 Equipe de planejamento da contratação.
- 3.7 Área demandante.
- 3.8 Área técnica.
- 3.9 Assessoria jurídica.
- 3.10 Controle interno.
- 3.11 Gestor e fiscal de contrato.
- 3.12 Responsabilidades e limites de atuação de cada agente.

4. Atribuições do agente de contratação, pregoeiro, comissão e equipe de apoio

- 4.1 Designação dos agentes públicos.
- 4.2 Requisitos de qualificação.
- 4.3 Competências do agente de contratação.
- 4.4 Competências do pregoeiro.
- 4.5 Atuação da comissão de contratação.
- 4.6 Apoio técnico e administrativo da equipe de apoio.
- 4.7 Responsabilidade da autoridade competente.
- 4.8 Limites da atuação do agente diante de pareceres técnicos e jurídicos.
- 4.9 Atuação preventiva na identificação de falhas.
- 4.10 Cautelas para evitar responsabilização pessoal.

MÓDULO II — FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO

5. Planejamento da contratação

- 5.1 Documento de Formalização da Demanda — DFD.
- 5.2 Identificação da necessidade pública.
- 5.3 Definição do problema a ser resolvido.
- 5.4 Justificativa da contratação.
- 5.5 Alinhamento com o planejamento institucional.
- 5.6 Plano de Contratações Anual — PCA.
- 5.7 Estimativa de quantidades.
- 5.8 Previsão de início da execução.
- 5.9 Definição dos agentes responsáveis.
- 5.10 Cuidados com demandas genéricas, artificiais ou mal justificadas.





6. Estudo Técnico Preliminar — ETP

- 6.1 Conceito e finalidade do ETP.
- 6.2 Quando o ETP é obrigatório.
- 6.3 Hipóteses de dispensa ou simplificação do ETP.
- 6.4 Descrição da necessidade.
- 6.5 Requisitos da contratação.
- 6.6 Levantamento de mercado.
- 6.7 Descrição da solução como um todo.
- 6.8 Estimativa de quantidades.
- 6.9 Estimativa preliminar de valor.
- 6.10 Parcelamento ou não da solução.
- 6.11 Contratações correlatas e interdependentes.
- 6.12 Resultados pretendidos.
- 6.13 Providências prévias da Administração.
- 6.14 Impactos ambientais.
- 6.15 Conclusão pela viabilidade da contratação.
- 6.16 Principais erros no ETP.

7. Análise de riscos

- 7.1 Conceito de risco nas contratações públicas.
- 7.2 Identificação dos riscos.
- 7.3 Causas e consequências.
- 7.4 Matriz de probabilidade e impacto.
- 7.5 Medidas preventivas.
- 7.6 Medidas de contingência.
- 7.7 Responsáveis pelo tratamento dos riscos.
- 7.8 Riscos na fase preparatória.
- 7.9 Riscos na seleção do fornecedor.
- 7.10 Riscos na execução contratual.
- 7.11 Uso de IA para apoiar a identificação de riscos.

8. Termo de Referência e Projeto Básico

- 8.1 Conceito e finalidade do Termo de Referência.
- 8.2 Diferença entre Termo de Referência e Projeto Básico.
- 8.3 Descrição adequada do objeto.
- 8.4 Especificação técnica sem direcionamento indevido.
- 8.5 Unidade de medida e quantidades.
- 8.6 Critérios de aceitabilidade.
- 8.7 Prazos de execução e entrega.
- 8.8 Condições de recebimento.
- 8.9 Obrigações da contratada e da contratante.
- 8.10 Gestão e fiscalização contratual.
- 8.11 Critérios de medição e pagamento.
- 8.12 Sanções administrativas.
- 8.13 Modelos da AGU e boas práticas.
- 8.14 Uso de IA para revisão crítica do TR.





9. Pesquisa de preços

- 9.1 Finalidade da pesquisa de preços.
- 9.2 Responsabilidade pela pesquisa.
- 9.3 Fontes de pesquisa.
- 9.4 Contratações similares da Administração Pública.
- 9.5 Pesquisa direta com fornecedores.
- 9.6 Bases oficiais e painéis de preços.
- 9.7 Mídia especializada e sítios eletrônicos.
- 9.8 Pesquisa em notas fiscais eletrônicas.
- 9.9 Média, mediana e menor preço.
- 9.10 Análise crítica dos preços coletados.
- 9.11 Preço estimado e preço máximo.
- 9.12 Pesquisa de preços na contratação direta.
- 9.13 Justificativa de preço na inexigibilidade.
- 9.14 Erros frequentes apontados pelos órgãos de controle.

MÓDULO III — PREGÃO, CONCORRÊNCIA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10. Pregão e concorrência na Lei nº 14.133/2021

- 10.1 Pregão para bens e serviços comuns.
- 10.2 Concorrência para bens e serviços especiais, obras e serviços de engenharia.
- 10.3 Aplicabilidade e vedações.
- 10.4 Pregão eletrônico e concorrência eletrônica.
- 10.5 Critérios de julgamento.
- 10.6 Menor preço.
- 10.7 Maior desconto.
- 10.8 Técnica e preço.
- 10.9 Melhor técnica ou conteúdo artístico.
- 10.10 Maior lance.
- 10.11 Maior retorno econômico.
- 10.12 Orçamento sigiloso.

11. Edital e fase de seleção do fornecedor (antiga fase externa)

- 11.1 Conteúdo mínimo do edital.
- 11.2 Anexos do edital.
- 11.3 Minuta contratual.
- 11.4 Termo de Referência como base do edital.
- 11.5 Prazos mínimos de divulgação.
- 11.6 Publicação no PNCP.
- 11.7 Portal do órgão ou entidade.
- 11.8 Impugnações e pedidos de esclarecimento.
- 11.9 Respostas aos questionamentos.
- 11.10 Alteração do edital e reabertura de prazo.
- 11.11 Principais falhas na elaboração do edital.

12. Modos de disputa e condução da sessão

- 12.1 Modo de disputa aberto.
- 12.2 Modo de disputa fechado.
- 12.3 Modo aberto e fechado.
- 12.4 Modo fechado e aberto.
- 12.5 Envio de propostas.





- 12.6 Proposta inicial.
- 12.7 Etapa de lances.
- 12.8 Intervalo mínimo de diferença entre lances.
- 12.9 Desconexão do sistema.
- 12.10 Encerramento da etapa competitiva.
- 12.11 Procedimentos práticos no sistema eletrônico.
- 12.12 Conduta adequada do pregoeiro e do agente de contratação.

MÓDULO IV — JULGAMENTO, HABILITAÇÃO, RECURSOS E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13. Julgamento das propostas

- 13.1 Análise da proposta melhor classificada.
- 13.2 Compatibilidade com o Termo de Referência.
- 13.3 Proposta inexequível.
- 13.4 Diligências.
- 13.5 Erros formais e vícios insanáveis.
- 13.6 Amostras, catálogos e documentos complementares.
- 13.7 Negociação com o licitante vencedor.
- 13.8 Registro da negociação.
- 13.9 Decisão motivada do agente responsável.

14. Habilitação

- 14.1 Habilitação jurídica.
- 14.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista.
- 14.3 Qualificação técnica.
- 14.4 Qualificação econômico-financeira.
- 14.5 Declarações obrigatórias.
- 14.6 Habilitação antes ou depois do julgamento.
- 14.7 Saneamento de falhas.
- 14.8 Diligências na habilitação.
- 14.9 Documentos digitais.
- 14.10 Cadastro de fornecedores.
- 14.11 Cuidados com excesso de formalismo.
- 14.12 Cuidados com flexibilização indevida.

15. Microempresas e empresas de pequeno porte

- 15.1 Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006.
- 15.2 Empate ficto.
- 15.3 Regularização fiscal e trabalhista tardia.
- 15.4 Benefícios legais.
- 15.5 Limites de aplicação.
- 15.6 Cuidados com fraudes e uso indevido do enquadramento.

16. Fase recursal

- 16.1 Intenção de recurso.
- 16.2 Razões recursais.
- 16.3 Contrarrazões.
- 16.4 Decisão do agente ou comissão.
- 16.5 Decisão da autoridade competente.
- 16.6 Motivação da decisão.
- 16.7 Recurso protelatório.





16.8 Erros frequentes na fase recursal.

17. Adjudicação, homologação e encerramento

17.1 Adjudicação do objeto.

17.2 Homologação do procedimento.

17.3 Revogação.

17.4 Anulação.

17.5 Convocação para assinatura do contrato.

17.6 Instrumento contratual e instrumentos substitutivos.

17.7 Publicidade do contrato.

17.8 Lançamento e registro no PNCP.

MÓDULO V — LABORATÓRIO PRÁTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

23. IA aplicada às contratações públicas

23.1 O que a IA pode e o que não pode fazer nas contratações públicas.

23.2 Limites éticos, jurídicos e administrativos.

23.3 Validação humana obrigatória.

23.4 Responsabilidade do agente público.

23.5 Criação de prompts para justificativas;

23.6 Criação de prompts para fundamentação de decisões;

23.7 Criação de checklists com IA.

23.8 Revisão crítica de documentos produzidos por IA.

23.9 Como evitar alucinações, fundamentos falsos e citações inexistentes.

24. Oficinas práticas

24.1 Oficina de julgamento de proposta.

24.2 Oficina de análise de habilitação.

24.3 Oficina de decisão recursal.

24.10 Checklist final do processo de licitação.

24.11 Jogo de fixação do conhecimento — Kahoot!.

14. EMBASAMENTO LEGAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 14.133/2021;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decreto Federal nº 11.246/2022;
- Decreto Federal nº 11.462/2023;
- Decreto Federal nº 11.878/2024;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022;
- Lei nº 15.266/2025;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52/2025;
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 460/2025;
- Regulamentos locais e estaduais aplicáveis;
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas;
- Orientações da Advocacia Pública e dos órgãos de controle.





METODOLOGIA

A metodologia do curso é fundamentada na aprendizagem ativa, colaborativa e aplicada à realidade dos órgãos públicos. A proposta rompe com o ensino meramente expositivo e conduz o participante a compreender, analisar e resolver problemas concretos da rotina das contratações públicas.

As aulas serão desenvolvidas com exposição dialogada, análise de casos reais, debates orientados, oficinas práticas, construção de documentos, simulações de situações críticas, aplicação de checklists e uso responsável da Inteligência Artificial.

A capacitação busca aproximar a Lei nº 14.133/21 da prática diária dos agentes públicos, permitindo que o participante compreenda não apenas o que a norma determina, mas como aplicar corretamente seus comandos em processos reais de contratação.

RECURSOS E DINÂMICA

Durante as 16 horas de curso, serão utilizados recursos didáticos e tecnológicos voltados à fixação do conhecimento e à aplicação prática do conteúdo, incluindo:

- apresentação expositiva e dialogada;
- análise de dispositivos legais;
- estudos de caso;
- oficinas práticas;
- simulações de decisões administrativas;
- modelos de documentos;
- checklists;
- exemplos de falhas recorrentes;
- utilização de Inteligência Artificial;
- debates sobre jurisprudência dos Tribunais de Contas;
- jogo de fixação do conhecimento por meio do Kahoot!.

O participante será estimulado a atuar como protagonista da aprendizagem, compreendendo a lógica do processo de contratação e desenvolvendo capacidade crítica para identificar riscos, corrigir falhas e tomar decisões mais seguras.

RESULTADO ESPERADO

Ao final do curso, espera-se que o participante esteja apto a:

- compreender o papel do agente de contratação, do pregoeiro, da comissão de contratação e da equipe de apoio;
- atuar com maior segurança na fase preparatória e na fase de seleção do fornecedor da contratação;
- identificar os principais riscos jurídicos e administrativos do processo;
- conduzir pregões e concorrências eletrônicas com maior domínio técnico;
- analisar propostas, documentos de habilitação, diligências e recursos;
- utilizar Inteligência Artificial como ferramenta de apoio técnico;
- elaborar e revisar documentos com maior qualidade;
- decidir com segurança, responsabilidade e visão estratégica.





**CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
LICITANTES, AGENTES DE CONTRATAÇÃO,
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS
E EQUIPE DE APOIO - COM APOIO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

O DIFERENCIAL JAMIL MANASFI / INEX

O diferencial do Prof. Jamil Manasfi está na união entre experiência prática, profundidade jurídica, didática acessível e visão inovadora das compras públicas.

A formação não se limita à leitura da lei. O curso traduz a Lei nº 14.133/2021 para a realidade dos agentes públicos, demonstrando como planejar, instruir, conduzir, julgar, decidir e fiscalizar com maior segurança.

Na INEX Treinamentos e Capacitações, não ensinamos apenas a lei. Entregamos segurança para decidir.

A proposta é formar pensadores públicos: profissionais capazes de compreender o problema, planejar a solução, instruir corretamente o processo, utilizar a tecnologia de forma responsável e contribuir para contratações públicas mais eficientes, íntegras e inovadoras.

FORMATO DO CURSO

O curso será realizado na modalidade online e ao vivo, com transmissão por meio da plataforma Zoom, proporcionando interação em tempo real entre o professor e os participantes.

Todas as aulas serão gravadas e disponibilizadas em até 3 dias úteis após a conclusão da capacitação, permanecendo disponíveis por 60 dias, para que o participante possa revisar o conteúdo sempre que desejar, dentro do período de acesso.

Importante: o replay será disponibilizado exclusivamente para visualização online, não sendo permitido o download dos vídeos.

MATERIAL DIDÁTICO

Será disponibilizada apostila digital (PDF), elaborada de acordo com o conteúdo programático desenvolvido pelo professor, para acompanhamento das aulas e apoio aos estudos.

CERTIFICAÇÃO

Ao concluir a capacitação, o participante receberá certificado digital de conclusão, disponibilizado por meio da plataforma Eduzz, ambiente oficial utilizado para gerenciamento das inscrições, acesso ao conteúdo e emissão dos certificados.

CONTRATAÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS

A INEX Treinamentos dispõe de toda a documentação necessária para instrução de processos de contratação junto à Administração Pública, incluindo documentação jurídica, fiscal, técnica e comprovação de preços.

Os órgãos públicos interessados deverão entrar em contato com nossa equipe por meio do **WhatsApp** ou **e-mail**, para recebimento da documentação necessária e orientações sobre os procedimentos para contratação.





**CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
LICITANTES, AGENTES DE CONTRATAÇÃO,
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS
E EQUIPE DE APOIO - COM APOIO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

INVESTIMENTO

De ~~R\$ 3.200,00~~ por apenas **R\$ 299,97** por participante.

O pagamento poderá ser realizado via PIX, depósito bancário ou cartão de crédito, conforme as opções disponibilizadas no momento da inscrição.

Dados Bancários

Banco: Nubank – 260 (Nu Pagamentos S.A.)

Agência: 0001

Conta Corrente: 422241429-3

CNPJ (PIX): 46.361.003/0001-51

Titular: INEX Treinamento e Capacitações Ltda.

CONTATO

Em caso de dúvidas, suporte ou informações adicionais, entre em contato com nossa equipe pelos canais abaixo:

WhatsApp: (69) 99265-8259

E-mail: contato@inextreinamento.com.br

